



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e  
Ciência da Informação e Documentação - FACE  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID

Tiago Cunha do Nascimento  
Thiago Gomes Eirão

# Museu da Imprensa Nacional: história e educação através da escrita.

Brasília  
2006



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e  
Ciência da Informação e Documentação - FACE  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID

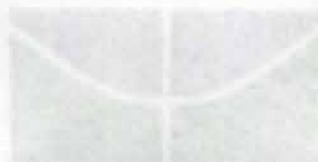
Tiago Cunha do Nascimento  
Thiago Gomes Eirão

## Museu da Imprensa Nacional: história e educação através da escrita.

Trabalho apresentado ao Departamento de Ciência da  
Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em  
Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Sebastião de Souza.

Brasília  
2006



Thiago Cunha do Nascimento  
Thiago Gomes Eirão

## Museu da Imprensa Nacional: história e educação através da escrita

Nascimento, Tiago Cunha do.

Museu da imprensa Nacional: história e educação através da escrita/ Tiago Cunha do Nascimento, Thiago Gomes Eirão. – Brasília , 2006

70 p.: il.

Trabalho apresentado ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia

1. Museu. 2. Imprensa Nacional. 3. Educação. I. Eirão, Thiago Gomes. II. Título.

## Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos amigos que nos acompanharam nestes quatro anos. Aos familiares que sempre nós deram segurança e apoio para seguir em nossos estudos.

Ao Museu da Imprensa Nacional, especialmente para Rubens Cavalcante Junior pela paciência, atenção, e gentileza.

Um agradecimento especial ao professor Sebastião que sempre foi uma inspiração de pessoa e profissional.

## Resumo

Apresentar a história do museu da imprensa nacional, que a vinte quatro anos desempenha o papel fundamental para a consolidação da democracia e da educação. A função educacional é inerente à instituição museu, que ao longo do tempo foi absorvendo o papel de ser realmente um agente educacional e de transformação. A aproximação entre museu e biblioteca é cada vez mais real e importante, para que ambas instituições possam sobreviver à realidade que se apresenta a elas atualmente. A união de forças das bibliotecas e museus será capaz de transformar a educação brasileira.

Palavras-chave: Museu. Imprensa Nacional. Biblioteca. Educação

## **Abstract**

Show the history of National Printing Press Museum, that for twenty e four years execute the primordial function to consolidation of the democracy and the education. The education function is inherent to the institution museum, whom for several years absorb function of be a really educational and transformation agent. The approach between the museum and library is more and more important to the both institution can survive to the reality that presents to them. The strength alliance of the libraries and museums will be capable to transform the Brazilian education.

**Keywords:** Museum. National Printing Press. Library. Education.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	12
3. JUSTIFICATIVA.....	13
4. METODOLOGIA.....	14
5. A IMPRENSA NACIONAL.....	15
5.1 O início.....	15
5.2 O Despertar da Imprensa brasileira.....	18
5.3 A criação do Diário Oficial.....	21
5.4 O Incêndio e a nova sede.....	22
5.5 A nova realidade da Imprensa Nacional.....	23
6. MUSEU DA IMPRENSA.....	25
6.1 O papel do Museu da Imprensa Nacional.....	27
6.2 A formação de uma rede de museus.....	28
6.3 O ano dos museus.....	29
6.4 Planos para o futuro.....	30
6.5 O projeto piloto.....	31
7. MUSEUS VIRTUAIS.....	32
8. MUSEU, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO.....	38
9. CONCLUSÃO.....	44
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO A.....	49
ANEXO B.....	50
ANEXO C.....	51
ANEXO D.....	52
ANEXO E.....	53
ANEXO F.....	54
ANEXO G.....	55
ANEXO H.....	56
ANEXO I.....	57
ANEXO J.....	58
ANEXO L.....	59
ANEXO M.....	60
ANEXO N.....	61
ANEXO O.....	62
ANEXO P.....	63
ANEXO Q.....	64
ANEXO R.....	65
ANEXO S.....	66
ANEXO T.....	67
ANEXO U.....	68
ANEXO V.....	69
ANEXO X.....	70

## 1. INTRODUÇÃO

A instituição museu tem sua origem na Grécia Antiga; museu era o termo designativo do templo das musas, divindades da memória que presidiam as ciências, artes e a poesia. “Existia dentro deles (museus) obras de arte que tinham mais a função de agradar às divindades do que serem contempladas pelo homem” (SUANO *apud* MENDES, 1992). A mais antiga instituição cultural denominada Museu localizava-se em uma das Partes do Palácio de Ptolomeu I, em Alexandria. O museu era o local de reunião dos sábios e filósofos. A famosa Biblioteca de Alexandria situava-se em um prédio logo ao lado.

O conceito antigo ligado ao museu era o de formação de coleção; tal conceito surge no auge do império romano. Na época, as coleções eram formadas por objetos trazidos das nações conquistadas. Em 1759 é criado o museu Britânico, dando início à ligação do museu às instituições públicas. Nesta época os museus eram um privilégio das classes altas e tal situação modificou-se no século XIX, quando o museu tornou-se um local para entretenimento dos nobres, em local para educação da população, como afirma Singleton *apud* Mendes (1992):

“O século XIX veio evoluir a imagem e a função atribuída ao museu. De depósitos de coleções privadas se converteria em lugar de estudo e pesquisa, em autêntico instrumento de educação pública e depois, por último, sem perder nenhuma dessas funções, seria por fim reconhecido como um serviço de difusão cultural [...]”.

Os museus tornaram-se abertos para visitação pública. No Brasil o primeiro museu é criado em 1818, com o surgimento do Museu Nacional, sendo a primeira instituição federal brasileira a ter como atividade específica a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. A partir do século XX começam a surgir museus e inovações por todo mundo. Na Alemanha surge, a primeira Organização de Amigos do Museu; na Suécia surge um museu ao ar livre que inclui encenações teatrais com objetos pertencentes à coleção.. Foi no século XX que também surge o conceito de



ecomuseu, que envolve duas noções: retratar a ação cultural e transmitir informação “Sem deixar de preservar os bens materiais das civilizações passadas e proteger os que expressam as aspirações e a tecnologia de hoje, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e demais formas de museologia ativa - se interessa antes de tudo pelo pleno desenvolvimento da população [...]” (DECLARAÇÃO DE QUEBEC *apud* PRIMO, 1999).

Segundo Trigueiros (1958) os museus possuem duas finalidades: as finalidades básicas e finalidades de propósito. As finalidades básicas seriam comuns a todos os museus e consistem em recolher, classificar, colecionar, conservar e expor os objetos ou documentos, promover estudos, pesquisas, cursos, conferências e divulgação. Já as finalidades de propósito, variam de acordo com sua natureza específica. Acima de tudo, para o autor, o museu tem a finalidade de servir como uma extensão da escola, mais uma ferramenta a disposição dos professores para a educação. “Hoje, é o museu complemento da escola, é o lugar onde os professores levam os seus alunos [...]; o museu é a escola viva, exercendo papel preponderante na educação do povo” (TRIGUEIROS, 1958).

Em 1972, na convenção de Copenhagen, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), entidade não governamental ligada à UNESCO, que tem o compromisso com a conservação e difusão dos museus, os definiu da seguinte forma:

“Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe, para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, evidência material dos povos e seu ambiente.”

Os museus modernos se concentram em um assunto particular, a maioria dos museus pertencem a uma ou a mais das seguintes categorias: artes finas, artes aplicadas, arqueologia, antropologia, etnologia, história, história cultural, ciência, tecnologia, história natural. Dentro destas categorias muitos museus especializam-se mais, por exemplo, museus de arte moderna, ecomuseus, museus industriais, de

história local, da história da aviação, da agricultura ou da geologia. Sempre intimamente ligados a fatos do passado, através de artefatos físicos, porém sem jamais perder o foco e o compromisso com o futuro da cidadania. No século XX os museus sofrem uma mudança de foco; atualmente, surgem museus pensando no futuro, museus que, não precisam necessariamente estar fisicamente constituídos. São os museus virtuais, que cada vez mais se tornam mais comuns e comprovam uma tendência mundial, o ciberespaço é um lugar para tudo e para todos.

Com o surgimento de novas tecnologias os museus passam a desempenhar funções que tipicamente não pertenciam a eles, e para desempenhá-las, a tecnologia é utilizada no alcance da satisfação do usuário. Com esse fenômeno são criadas novas formas de ver e vivenciar as experiências que os museus são capazes de proporcionar. O museu passa a “invadir” as casas das pessoas 7 dias por semana, 24 horas por dia com apenas um clique. Agora é possível atravessar um oceano inteiro e ter acesso ao acervo dos maiores museus do mundo, no conforto do lar. Tudo isso é fruto do trabalho dos profissionais da informação e da tecnologia no desenvolvimento de melhorias na difusão da informação e do conhecimento

“Na Internet é possível abrir mão da exposição tridimensional tradicionalmente usada pelos museus como forma de divulgação de seu acervo, criando novas perspectivas de apresentação do acervo. Além disso, a Internet possibilita visitas virtuais, podendo atrair mais público para a visita ‘real’. Ou seja, além de ser um cartão de visitas do museu, a Internet possibilita o acesso ao patrimônio de uma forma mais ampla”. (HENRIQUES, 2004)

A instituição museu nasceu em um contexto totalmente diferente do qual se encontra atualmente. Anos e séculos se passaram e com isso a necessidade de mudança se tornou urgente para as instituições museológicas. Funções como conservação e preservação da memória começam a interagir com outras responsabilidades que foram incorporadas pelo museu; a função cultural aliada com a educação são os grandes temas que estão sobre a responsabilidade tanto de museus quanto de bibliotecas.

Novas formas de interação com a sociedade surgiram ao longo do tempo, uma delas é o surgimento da realidade virtual introduzida pela Internet. Nunca foi tão fácil e ao mesmo tempo tão difícil para os museus atingirem as pessoas, a possibilidade de uma exposição aberta 24 horas possibilitou a qualquer um entrar num museu; porém tal facilidade trouxe grandes desafios para que os museus pudessem realmente ser os locais de conhecimento, sabedoria, memória, educação e disseminação da informação.

## 2. OBJETIVOS

### Objetivo Geral

Apresentar um relato histórico da evolução do Museu da Imprensa Nacional no Brasil.

### Objetivos Específicos

- Demonstrar a proximidade entre a função do museu e da biblioteca;
- Explicar a importância do museu como fonte de informação e na formação educacional;
- Apresentar a evolução dos museus no mundo e no Brasil;

Verificar as novas tecnologias implantadas nos museus.

### 3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho surge da nossa vontade em estudar a importância e contribuição dos museus, especificamente o Museu da Imprensa Nacional, do Brasil, para a formação do cidadão e principalmente demonstrar que embora aparentemente diferentes as bibliotecas estão muito próximas dos museus no que diz respeito à transferência de conhecimento e conservação do patrimônio cultural. O museu, assim como a biblioteca, desempenha um papel de complementar o processo educacional, já que estas duas instituições permitem uma aprendizagem mais universal, no qual os estudos são realizados a partir de vários prismas sobre o mesmo assunto.

A segunda razão para a realização deste trabalho sobre o Museu da Imprensa Nacional foi uma visita que fizemos enquanto cursávamos, no primeiro semestre, a disciplina de introdução à biblioteconomia em ciência da informação. Na ocasião tivemos a possibilidade de conhecer o Museu da Imprensa Nacional; desde então sempre tentamos fazer esta ligação entre museu e biblioteca e, mais que isso, mostrar que o bibliotecário pode atuar em várias áreas inclusive no museu; o bibliotecário não é um profissional da biblioteca, mas sim profissional da informação e como tal deve atuar onde ela se encontra.

Baseando-se nesses argumentos expostos e na curiosidade de saber mais sobre o museu e a atuação do bibliotecário fora da estrutura física de uma biblioteca, que este trabalho surgiu. Espera-se que ele seja útil e motivador para que outros estudantes e estudiosos dessa área despertem para a realidade de um bibliotecário operando fora de uma biblioteca e que possa contribuir para o maior conhecimento do assunto.

## 4. METODOLOGIA

O método específico utilizado nesse trabalho é o histórico descritivo tendo em vista que ele está embasado nos escritos sobre o assunto e nas entrevistas realizadas junto ao diretor do Museu da Imprensa Nacional, Rubens Cavalcante Júnior.

## 5. A IMPRENSA NACIONAL

### 5.1 O início

Entre as nobres invenções é a imprensa, certamente, a que de maneira mais eficaz, tem contribuído para o progresso social do homem. De tempos em tempos e em alguns lugares a imprensa já era conhecida: a China, desde o século VI, praticava a xilografia, impressão por meio de caracteres gravados em madeira, arte que só foi conhecida na Europa seis séculos depois. Ainda em meados do século XV a imprensa ainda engatinhava, quando um alemão de Mogúncia, estabelecido em Strasbourg, Jean Gensfleisch, conhecido apenas como Gutenberg, conhecedor da idéia de Laurent Coster, da cidade de Harlem, que imaginara a separação dos caracteres em madeira, para torná-los móveis, concebeu e realizou, auxiliado por Furst e Schöefer, o tipo móvel metálico e aperfeiçoou o prelo, dando com isso origem à arte tipográfica, ficando conhecido mundialmente como inventor da imprensa.

No Brasil, em 1706, um individuo empreendedor, cujo nome se perdeu infelizmente para a história, conseguiu estabelecer em Recife, na ilegalidade ou por tolerância do Governador Francisco de Castro Menezes, uma pequena tipografia, em que se limitava a impressão de letras de câmbio e breves orações devotas. A corte de Lisboa ao ter notícia deste pretense atentado, expediu a ordem régia de 8 de julho de 1706, em que impunha ao governador a injunção de mandar “seqüestrar as letras impressas e notificar aos donos delas e aos oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se fossem imprimidos livros ou papéis avulsos, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado. Dessa maneira foi anulada a humilde oficina tipográfica, primeira do Brasil. No século XVI o Brasil vivia uma inércia social e intelectual. Jornais, folhetos ou qualquer outra forma de divulgação e disseminação da cultura eram barrados pela coroa, que impedia a formação de cidadãos no Brasil colônia.

“Aqui só se conhecia a imprensa pela importação do estrangeiro e essa mesma fiscalizada, constringida, reprimida e mesmo castigada, não raro, como

gênero perigosamente explosivo. As tentativas de aclimá-la em nosso território haviam sido frustradas, como afoutezas de contrabando” (BELLO *apud* MIRANDA, 1922).

Livros eram artefatos raros, proibidos e valiosíssimos por duas razões. A primeira era financeira; apenas integrantes da alta classe da sociedade brasileira podiam ter acesso à palavra escrita. A segunda razão era a forte censura que os livros sofriam, antes de serem impressos. Os livros precisavam de uma autorização oficial concedida pela Igreja e pelo império português, que julgavam se o conteúdo não era ofensivo para as tradições e costumes da sociedade.

“O livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas de particulares. Mas ainda aquelas foram pouquíssimas, de livros necessários à prática, constituindo exceção mesmo os edificantes “ (SODRÉ, 1999).

O Brasil vivia uma realidade diferente do resto do continente. A América espanhola já conhecia e utilizava a imprensa, que apareceu no México em 1539; no Peru, em 1583. Nas colônias inglesas a imprensa apareceu por volta de 1650. A condição que a colônia oferece à metrópole influi no modo de colonização. Na América espanhola os espanhóis defrontaram-se com uma cultura avançada, já em nível adiantado de conhecimento. Assim para implantar os instrumentos de sua própria cultura, a metrópole se vê obrigada a entrar nessa sociedade e difundir seus valores e um dos meios de divulgação era através da passagem de conhecimento pela palavra escrita. No Brasil os portugueses encontraram uma cultura primitiva; com isso, destruí-las e substituí-las foi uma tarefa que não exigiu uma integração das culturas fazendo com que a colônia brasileira fosse uma fonte de geração de receita e nada mais.

Em 22 de janeiro de 1808 chega a Salvador foragido de Portugal, que havia sido invadido pela França de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente e toda a Corte real. Com sua chegada ao Brasil é assinado um decreto autorizando a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e ao comércio exterior. Em 8 de março D. João e a Corte chegam ao Rio de Janeiro que, mais do que qualquer outra cidade brasileira,



sofrera um grande impacto seja visual, cultural e principalmente com as transformações que a cidade conheceu com a chegada da Corte portuguesa. Em 1808, o Rio de Janeiro era a principal e maior cidade da colônia, porém em nada se parecia com uma metrópole da época. A infra-estrutura era precária, ruas feitas de terra batida, serviço de água precário, ausência de iluminação pública, pouca organização social, varias pessoas vagavam pelas ruas sem emprego ou qualquer expectativa de vida. Ao se defrontar com esta realidade a coroa portuguesa tomou medidas urgentes para que fosse possível abrigar da melhor maneira possível as 14.000 pessoas que formavam a Corte portuguesa recém desembarcada na colônia. O Brasil passa a definitivamente ser um ponto de interesse, não somente econômico para Portugal, já que o centro do poder político português passava a se concentrar no Rio de Janeiro. A cidade sofre transformações profundas em sua estrutura tanto física e intelectual. Casas são construídas, outras são reformadas, lojas são criadas, novos empregos são gerados, tudo para que os membros da Corte, que vieram de Portugal, tivessem a impressão mais próxima possível de estarem vivendo em uma metrópole europeia.

Talvez a maior transformação ocorrida no Rio de Janeiro foi a explosão cultural. Com a chegada de intelectuais e pensadores a cultura brasileira começou a brotar, mesmo que de maneira tímida. Acompanhando essa mudança, em 13 de maio de 1808, D. João VI, publica um decreto criando a Imprensa Régia, que não conservou por muito tempo essa denominação; alguns anos após já a ela se referem documentos oficiais por estes diversos títulos: Regia Officina Typographica, Real Officina Typographica, Régia Typographica, Imprensa Régia, Typographia Nacional e por fim devido ao decreto de 25 de abril de 1821 ficou decidida a denominação Imprensa Nacional. Então a 13 de maio de 1808, foi expedido o seguinte decreto, instituindo a Imprensa Nacional:

“Tendo-me constado que os prelos, que se acham nesta capital, eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo a necessidade que a Oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabelecerem sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu

real serviço , e se possam imprimir todas e “quaisquer” obras, ficando inteiramente pertencendo seu governo e administração a mesma Secretaria.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estados de Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias e participará a este respeito a todas as estações e que mais conviver ao meu real serviço.

Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente, Nosso Senhor.”

Os aparelhos e materiais tipográficos a que alude o decreto, iam servir ao início da arte tipográfica no Brasil. Conhecidos também como prelos e tipos móveis, com que se iniciou a Imprensa Régia, vieram de Portugal, trazidos pelo Conde da Barca, na *Meduza*, uma das naus da frota que transportou a Família Real e a Corte para o Brasil.

## 5.2 O Despertar da Imprensa brasileira

Em 10 de setembro de 1808 é publicado o primeiro jornal do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de propriedade dos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e regida por Frei Tiburcio José da Rocha. Seguindo-lhe, em 1813, O *Patriota*, com a primazia de ter sido o iniciador do jornal propriamente literário, no Rio de Janeiro. Além dos atos oficiais, a Imprensa Régia publicou, nos primeiros anos, pequenas obras – congratulações, poemas líricos, atos eclesiásticos, discursos críticos contra Napoleão, memórias sobre acontecimentos contemporâneos, compêndios didáticos, etc., e do meio delas algumas obras de merecimento real, como *Observações sobre o comércio franco, no Brasil*, por José da Silva Lisboa (Visconde de Cayrú). Em 1810 imprimiu a *Marília de Dirceu*, de Thomaz Antônio Gonzaga, e o poema *Uruguay*, de Basílio da Gama, em 1811. Era uma tipografia modestíssima, adquirida na Inglaterra pela Secretaria Negócios Estrangeiros e da Guerra, para seu especial uso, e de custo, segundo uma versão da época, de cem libras esterlinas. Desde logo ficou evidente a insuficiência desse material com que foi inaugurada a imprensa no Brasil.

O decreto régio de 13 de maio de 1808, que instituiu oficialmente a Imprensa Nacional, ato liberalista e de progresso, ficou apenas na impressão. Na realidade a censura ainda permanecia na sociedade brasileira. Em 24 de maio deste mesmo ano foi criado um sistema de censura prévia, com a qual é incompatível a liberdade de imprensa. Muito embora o decreto, instituído a imprensa dissesse "... onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaisquer obras" as instruções, por sua vez, criam também uma Junta Diretora da Imprensa, dando-lhe a incumbência de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes. A polícia zelava pela execução da censura, como se vê deste edital do Intendente Geral, afixado nos lugares públicos em 1809:

"Paulo Fernandes Vianna, do Conselho de S.A.R., Fidalgo cavaleiro de S.R., professor da Ordem de Cristo, Desembargador do Paço e Intendente Geral da Policia da Corte e Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que este edital virem que, importando muito a vigilância da policia, que cheguem ao seu conhecimento todos os avisos, e noticias impressas, que se afixam ao publico acerca de obras e livros estrangeiros, que se procuram divulgar, muitas vezes sem procurarem a aprovação das Autoridades a quem o Príncipe Regente N.S. tem confiado esta particular inspeção, fica hoje em diante proibida a liberdade, que se tem arrogado abusivamente os que fazem semelhantes publicações; e todo que tiver de dar noticias de obras, escritos estrangeiros, impressos ou não impressos, deverão primeiro trazer estes avisos ou anúncios a Secretaria Geral da Policia, para que nela serem vistos e examinados, e se lhes permitir esta liberdade e conhecer-se tem ou não obtido a aprovação indispensavelmente necessária. E os que o contrario fizerem ou sejam nacionais e estrangeiros, serão presos na cadeia publica, e pagarão uma multa de duzentos mil réis, além das mais que se impõem aos que procuram quebrantar a segurança publica; para o que haverá *inquirição* aberta em que se conheça dos transgressores, e se admitirão denuncias em segredo. Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1809. --- Paulo Fernandes Vianna."

A proibição radical, primeiro, e depois, as férreas travas da censura afugentaram para o estrangeiro os nossos publicistas, que lá poderiam encontrar a

liberdade de imprensa que aqui lhes era negada. Hipólito José da Costa, antes mesmo do estabelecimento da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, mantinha em Londres o seu Correio Braziliense, que se prolongou por muitos anos de publicidade. No ano de 1819, em uma das edições do Correio Braziliense, de maneira irônica, Hipólito relata a criação de uma imprensa no Brasil:

“O mundo talvez se admirará que eu vá enunciar como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma Imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começara o século XIX, e ainda os pobres brasileiros não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens [...] Tarde, desgraçadamente tarde; mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brasilienses”

Ainda em 1819, em março, ponderava o Correio Braziliense:

“A dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura previa, já pelo perigo que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a família real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro”

Já em 1821 a imprensa jornalística assumia rápido desenvolvimento, a censura já era mais branda, principalmente no Rio de Janeiro, onde a Imprensa Régia se incubiu de auxiliar a impressão, enquanto não surgiam outras tipografias. Em outras regiões do Brasil, então posteriormente, começou a imprensa a aparecer. De um ofício do presidente da Junta Diretora da Imprensa vê-se que em 1810 havia imprensa na Bahia, onde foram reimprimidos tratados entre a Inglaterra e o Príncipe Regente, com infração de privilégios da Regia Oficina. Em 1816 tentou-se em Pernambuco estabelecer uma tipografia; já em São Paulo foi mais retardada a iniciativa, que só veio depois da Independência.

liberdade de imprensa que aqui lhes era negada. Hipólito José da Costa, antes mesmo do estabelecimento da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, mantinha em Londres o seu Correio Braziliense, que se prolongou por muitos anos de publicidade. No ano de 1819, em uma das edições do Correio Braziliense, de maneira irônica, Hipólito relata a criação de uma imprensa no Brasil:

“O mundo talvez se admirará que eu vá enunciar como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma Imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começara o século XIX, e ainda os pobres brasileiros não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens [...] Tarde, desgraçadamente tarde; mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brasilienses”

Ainda em 1819, em março, ponderava o Correio Braziliense:

“A dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura previa, já pelo perigo que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a família real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro”

Já em 1821 a imprensa jornalística assumia rápido desenvolvimento, a censura já era mais branda, principalmente no Rio de Janeiro, onde a Imprensa Régia se incumbiu de auxiliar a impressão, enquanto não surgiam outras tipografias. Em outras regiões do Brasil, então posteriormente, começou a imprensa a aparecer. De um ofício do presidente da Junta Diretora da Imprensa vê-se que em 1810 havia imprensa na Bahia, onde foram reimprimidos tratados entre a Inglaterra e o Príncipe Regente, com infração de privilégios da Régia Oficina. Em 1816 tentou-se em Pernambuco estabelecer uma tipografia; já em São Paulo foi mais retardada a iniciativa, que só veio depois da Independência.

### 5.3 A criação do Diário Oficial

A criação de uma folha que desse publicidade aos atos do Governo, as leis e demais atos dos poderes públicos foi desde logo uma necessidade inerente à criação da Imprensa Nacional. A Gazeta do Rio de Janeiro foi a primeira publicação oficial no Brasil. Após o fechamento do jornal A Gazeta do Rio de Janeiro, outros jornais assumiram a impressão dos atos do Governo, tais como o Diário do Governo, o Diário Fluminense e O Gazeta Oficial do Império do Brasil. Esses sistemas de contratos terminou com a criação do Diário Oficial, idealizado e concretizado por Pedro Araújo Lima, Marquês de Olinda criando em 1º de outubro de 1862 o Diário Oficial da União, jornal que até os dias atuais é publicado ininterruptamente desde aquela data. A partir dessa data o Diário Oficial da União passa a ser editado na Imprensa Nacional que, em seu primeiro número, trouxe a seguinte declaração:

“Diário Oficial – Este jornal publica-se todos os dias, com exceção dos que se seguirem aos domingos, dias santos e de festa nacional. As suas colunas estão francas a qualquer publicação de interesse publico, sem retribuição alguma. Os artigos de interesse particular serão publicados mediante retribuição razoável. Aceita também anúncios. Em todo caso, é de rigor a censura da Redação, visto pesar sobre ela a responsabilidade moral de quanto se publicar no Diário Oficial.”

O Diário Oficial discriminara a parte editorial da “parte oficial”. Nesta eram registrados os atos oficiais do Governo, da Administração e dos tribunais. Tinha também a parte “comercial” em que continha preço de produtos nacionais, como café, açúcar, fumo; continha também sobre o movimento no porto, etc. O Diário chegou a ter seções que versavam sobre a crítica teatral; outra sobre anúncios particulares, para reclamos de negócios; chegou-se a ter até uma crítica humorística, denominada “Palestras Parisienses”. Esta estranha orientação do órgão oficial continuou até o fim de 1968. Em 1º de janeiro de 1969 apareceram algumas modificações, no qual foram retiradas as seções que tratavam sobre notícias teatrais, humorísticas, literárias, etc. A

seção de anúncios foi conservada até 1978, depois desta data restaram somente as notícias de cunho governamental, que perduram no mesmo formato até a data de hoje.

Seguiu-se um longo período em que nenhum melhoramento se efetuou e somente em 1877, quando foi concluído o edifício-sede da Imprensa Nacional localizada no Rio de Janeiro, ocorre uma revolução no ramo gráfico, é inventada a linotipia<sup>1</sup>. Em 1902 foi adquirida uma grande máquina rotativa *Marioni*. Já em 1904 a Imprensa Nacional era capaz de produzir 12 milhões de exemplares tipográficos por ano. Nesta época a Imprensa Nacional era um complexo de aparelhos destinados a múltiplas e variadíssimas impressões, desde o Diário Oficial até as mínimas etiquetas, trabalhos de estamperia e gravura e outros serviços acessórios. Em 1908 a eletricidade reformou a força motora e de iluminação da Imprensa Nacional e do Diário Oficial.

#### 5.4 O Incêndio e a nova sede

Na noite de 15 de setembro de 1911 por volta das 23hs, ocorre um terrível incêndio no prédio da Imprensa Nacional, devorando-lhe o almoxarifado, as oficinas e a cobertura total do edifício, deixando apenas de pé as paredes chamuscadas. Em poucos minutos o fogo, que se iniciou no almoxarifado, tomou conta de toda a estrutura transformando a rotina das pessoas que passavam pelo local. Logo em seguida o diretor da Imprensa Nacional na época, Dr. Amênio Jouvin, chegou ao local e ao se deparar com a imensidão das chamas, esbravejou: “É evidente que houve nisto mão criminosa. Perversos! Não podem mais atacar, me fazem esta” Claramente pode-se notar nesta afirmação que o diretor culpou, no momento, seus inimigos políticos da época, que não mais capazes de atacá-lo fisicamente, o atacaram através da Imprensa Nacional. Um inquérito foi ordenado para o caso, que teve início imediato. Apesar de todo empenho do delegado, que previamente se declarara convencido de que o ato fora criminoso, o inquérito nada apurou e o caso foi arquivado. A quantidade do prejuízo total nunca foi oficialmente comprovada, pois as somas se divergiam grandemente; mas há uma grande certeza, foram destruídos vários arquivos, documentos, publicações e valiosíssimo acervo da biblioteca “Ao fecharmos esta página triste da nossa

---

<sup>1</sup> Sistema de matrizes que, depois de agrupadas, servem para fundir uma linha de chumbo contendo todos os caracteres que foram previamente registrados no teclado

administração pública, ocorre-nos ponderar: não atinamos porque os bens patrimoniais da Nação dispensam o seguro contra sinistros. A Imprensa Nacional não o tinha” (MIRANDA, 1922).

Por 29 anos a Imprensa Nacional permaneceu em um prédio temporário. A nova sede somente foi construída, também na cidade do Rio de Janeiro, em 1940 e inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas. Em 1942 é criada a Escola de Artes Gráficas, com a finalidade de formar profissionais capacitados na arte de impressão. Neste mesmo ano a Imprensa Nacional assume papel pioneiro ao se tornar o primeiro órgão público brasileiro a empregar mulheres. Em 1942 a tiragem já alcançava os 295 milhões de exemplares por ano. Com a criação de Brasília e a transferência dos órgãos governamentais para a nova capital, é inaugurada em 1960 a nova sede da Imprensa Nacional, que passou a ocupar o primeiro edifício do conjunto de prédios que atualmente integram o parque gráfico da Imprensa Nacional. Os Diários Oficiais começaram a serem rodados na nova sede nesse mesmo ano, porém as outras obras e periódicos da imprensa nacional permaneceram no Rio de Janeiro até 1979.

## 5.5 A nova realidade da Imprensa Nacional

Nas eleições diretas para presidente, em 1988, a Imprensa Nacional desempenha papel importante ao ser responsável pela confecção de cédulas, títulos e material para a eleição. Ainda nesse mesmo ano, a capacidade de impressão já está em 50 mil impressões por hora. Em 1994 com a difusão da Internet, como uma poderosa ferramenta de propagação da informação, a Imprensa Nacional inicia seu trabalho de editoração eletrônica de obras, contudo o papel continuou sendo prestigiado junto com os processos gráficos que escreveram sua história. No ano de 1996, lança-se o Plano Diretor 95/99 com o objetivo de informatizar e modernizar a Imprensa Nacional e ao mesmo tempo treinar seus servidores com o advento de novas tecnologias.

O século XXI se inicia e com ele a Imprensa Nacional sofre um revés muito forte. Após quase 100 anos de evolução e aperfeiçoamento de seus serviços, o Governo Federal resolve cortar algumas funções do órgão, interrompendo o ciclo de



desenvolvimento fazendo com que o mesmo regredisse para o tempo de sua criação. Mais precisamente em 2002 foi o ano onde tudo ocorreu. Com a posse de Lula na Presidência da República houve uma reestruturação administrativa, a Imprensa Nacional deixou de fazer parte do Ministério da Justiça para estar ligada à estrutura da Casa Civil, órgão ligado à Presidência da República. Com esta mudança a Imprensa Nacional passou por uma total transformação, que incluiu corte e transferência para outros órgãos de aproximadamente 500 funcionários, diminuição de salários e a perda do maquinário. A Imprensa Nacional tinha como característica ser um órgão que elaborava outros produtos além da impressão dos diários oficiais. A partir de 2002 a Imprensa Nacional passou a funcionar exclusivamente para imprimir diários oficiais. Todas as máquinas de impressão que existiam em seu parque gráfico foram repassadas para outros órgãos do Poder Executivo. Atualmente só há uma máquina rotativa que só pode ser utilizada para imprimir os diários. Na época houve uma grande mobilização além de greves dos servidores em protesto às modificações implantadas pelo Presidente da República. O ano de 2002 foi um ano muito conturbado na história da Imprensa Nacional.

Atualmente a Imprensa Nacional dedica-se exclusivamente à impressão e tratamento dos Diários Oficiais da União. Através de seu *site* é possível ver os destaques publicados no dia, fazer pesquisa por assunto, além de poder visualizá-los na íntegra. Em 2008 a Imprensa Nacional irá completar 200 anos de sua criação e apesar dos inúmeros problemas enfrentados ao longo desses quase dois séculos de existência é com muito orgulho que esta instituição desenvolve suas atividades, tendo como função registrar a história oficial do Brasil.

## 6. MUSEU DA IMPRENSA

O Museu da Imprensa foi inaugurado em 13 de maio de 1982, nos jardins da Imprensa Nacional, em Brasília. O museu possui dois prédios, sendo o primeiro com 680 metros quadrados, reservados para a exposição de peças e para visitas. O segundo prédio fica logo ao lado do primeiro, onde se localiza o auditório do museu que é reservado para palestras, para grandes grupos de visitantes. O acervo do Museu é bastante rico em peças e documentos raros, alguns únicos, como é o caso do primeiro clichê de um desenho feito no Brasil, a planta da cidade de São Sebastião, localizada no estado do Rio de Janeiro. O nome oficial do museu é Museu da Imprensa Nacional Machado de Assis, em homenagem ao escritor carioca que durante 40 anos foi funcionário público, tendo trabalhado na Imprensa Nacional como aprendiz de tipógrafo aos 17 anos de idade, nos anos de 1856 a 1858. Nove anos mais tarde o escritor retornaria à Imprensa Nacional como ajudante do Diretor do "Diário Oficial", exercendo este cargo até 1874. Uma das obras mais preciosas do museu é um prelo<sup>2</sup>, fabricado em 1833, onde Machado de Assis trabalhou quando era aprendiz de tipógrafo; curiosamente só existem dois exemplares em todo o mundo desta máquina e a Imprensa Nacional a utilizou até 1940 para a fabricação de diários oficiais.

Hoje o museu ainda encontra-se na mesma sede da inauguração na década de 80. Em 2002 o Museu da Imprensa Nacional sofre uma mudança muito drástica juntamente com a Imprensa Nacional. Com a troca de Governo, mais precisamente com a posse do Lula na Presidência da República, a estrutura da Imprensa Nacional passa por uma total reformulação afetando inclusive a própria estrutura do museu. Com esta mudança a Coordenação de Documentação que era responsável por gerenciar a Biblioteca, o Arquivo e o Museu da Imprensa Nacional deixou de existir. Este fato desencadeou a extinção da biblioteca da Imprensa Nacional. Parte do acervo da biblioteca que era composto principalmente por obras editadas pela própria Imprensa Nacional como livros, revistas e diários oficiais foram doados para a Advocacia-Geral da União (AGU). A outra parte do acervo ainda encontra-se encaixotado dentro de um depósito, sem qualquer tratamento adequado de conservação. Muitas obras de importância histórica correm o risco de se perder, caso sejam mantidos neste local.

<sup>2</sup> Máquina tipográfica para imprimir comunicados clandestinos, do tamanho de uma máquina de escrever. Cada comunicado era impresso manualmente e a máquina era revestida de esponja para não fazer muito barulho

Além da extinção da biblioteca, o museu sofreu um corte de pessoal, pessoas que trabalhavam no museu foram transferidos para outros setores da instituição. Atualmente o museu está dentro da estrutura da Coordenação de Relacionamento Externo (COREX), que por sua vez é subordinada ao Diretor-Geral da Imprensa Nacional. No entanto, a participação do museu na estrutura da COREX ainda é meio obscura, já que o museu acabou sendo “esquecido” pelo organograma oficial da instituição, ou seja, o museu não aparece dentro da estrutura da COREX e de nenhuma outra coordenação da Imprensa Nacional.

O museu não possui um orçamento próprio, toda a solicitação de compra, recuperação de qualquer material deve ser encaminhado para a COREX que por sua vez encaminha para o Diretor-Geral que avalia se a solicitação está em harmonia com os interesses da instituição e se realmente é necessário o pedido. A estrutura interna do museu é bastante simples. Devido ao número reduzido de funcionários, não há uma divisão interna por departamentos ou seções. O Museu apresenta em seu quadro três funcionários exclusivos do museu, sendo que a gerência do museu cabe a Rubens Cavalcante Junior, formado em história, que ocupa esta função desde 1989; além dele há mais dois funcionários, José Bernardes, jornalista e Geraldo Bernardes, funcionário de nível médio. Todo funcionamento (visitas orientadas, desenvolvimento de produtos, promoção do museu, etc) é concentrado nas mãos destes três profissionais.

As principais atividades desenvolvidas pelo museu são: visitas orientadas, atendimento ao público, participação do curso Plano Musicológico, curso de conservação de acervos, convênios com a Fundação Educacional e o concurso do Museu da Imprensa que envolve estudantes do ensino fundamental, médio e superior. Este concurso pretende aumentar a relação entre os estudantes e a instituição do museu da Imprensa Nacional e já está na sua 10ª edição, sendo considerado um dos fatores de sucesso para a promoção do museu. O museu hoje conta com exposições de longo prazo, que são compostas pelos maquinários existentes no acervo e exposições de curto prazo sobre determinados temas que se relacionam com a Imprensa Nacional, como exemplo a exposição sobre os vinte anos das “Diretas Já”. Todos os visitantes que chegam ao museu são acompanhados por um guia, que vai

percorrendo o acervo oferecendo explicações dos fatos históricos que as peças representam. Quando os visitantes chegam no final da visita, são entregues certificados simbólicos de “Amigos do Museu”; tais certificados são importantes instrumentos para que as pessoas criem laços com o Museu. Hoje os principais produtos do Museu são as visitas públicas, o concurso sobre o Museu da Imprensa Nacional, divulgação em jornais, revistas, e no próprio site, das ações feitas pelo Museu.

### 6.1 O papel do Museu da Imprensa Nacional

Em 1982, o Museu da Imprensa Nacional registrou em seus arquivos cerca de 600 visitas no ano inteiro. Rubens quando assumiu a gerência do Museu, em 1989, percebeu que esse número era muito distante de um público que o museu poderia receber e logo teve como principal meta a promoção do órgão, com a finalidade de aumentar o número de visitantes, e principalmente para que o Museu cumprisse seu papel de divulgação cultural e educação do cidadão. O primeiro passo para que o museu fosse conhecido e despertasse interesse das pessoas, consistiu na divulgação em jornais, revistas, televisão e convênios com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Sindicato das Escolas Particulares (SINEPE). Essa ação além de promover o Museu, serviu para que o Museu identificasse seu público-alvo. Anteriormente a essas ações o público que mais freqüentava o acervo do Museu era composto por curiosos e pessoas que iam imprimir ou adquirir os diários oficiais, ou seja, a real finalidade desses visitantes não era conhecer o Museu, mas sim utilizar um outro serviço da Imprensa Nacional. Ao firmar o convênio com a Secretaria de Educação e com o Sindicato das Escolas Particulares, o público visitante do Museu passou a ser composto basicamente por alunos da rede pública e privada de ensinos fundamentais, básicos e ensino médio. O resultado destas ações foi imediato; houve um aumento significativo do número de visitantes no Museu, que além de receber os alunos passou a receber outras pessoas que não estavam englobadas nos convênios: estudantes universitários, pesquisadores. Em 2000, o Museu registrou treze mil visitas ao ano, ou seja, um número 21 vezes maior de pessoas circulando no Museu, adquirindo conhecimento e principalmente difundindo valores adquiridos no Museu.

Atualmente o Museu se identifica com a ação de fixação, a mudança de pensamento do cidadão, tendo, hoje, como público-alvo estudantes do ensino fundamental ao ensino médio, apesar dos números demonstrarem um sucesso das ações de promoção implementadas pela gerência do Museu, Rubens afirma que ainda falta uma ação integrada entre os órgãos do turismo e educação em Brasília, para que realmente o Museu se consolide na rota turística brasiliense. Há cerca de três anos atrás houve uma tentativa do governo do Distrito Federal em criar um roteiro turístico estruturado. Esta tentativa ficou conhecida como “Projeto turismo cívico”, que consistia em um conjunto de pontos para turistas que não poderiam deixar de serem visitados em Brasília; um destes pontos era justamente o Museu da Imprensa Nacional. Este projeto funcionou por um determinado tempo; no entanto, novamente os planos do Museu foram frustrados pela mudança de governo no Distrito Federal.

## 6.2 A formação de uma rede de museus

Brasília hoje conta com 50 museus, sendo estes divididos entre museus federais, distritais e particulares, atuando em varias áreas do conhecimento ou especializados em determinados assuntos. O Museu da Imprensa Nacional é um Museu dedicado à preservação da memória da Imprensa Nacional brasileira. Já é uma idéia antiga a construção de uma rede/consórcio, que possibilitasse o diálogo entre estas instituições. Somente agora no ano de 2006 esta idéia tornou-se realidade; sobre a gerência da Secretaria de Cultura do Distrito Federal foi criado o sistema de museus do DF, que foi lançado no II Fórum de Museus do Distrito Federal, que se realizou de 2 a 4 de agosto de 2006. O objetivo do encontro é reunir profissionais da área de museus e centros culturais para a discussão de políticas locais para os museus, para futuramente ser implementada a Política Nacional de Museus no DF e votar propostas e elaborar minuta do decreto para a criação do Sistema de Museus do DF. O sistema de museu do DF possibilitará o desenvolvimento de atividades conjuntas dos museus participantes e além disso, há a possibilidade dos museus constituírem um bloco mais unido para pleitearem mais recursos para a área; inclusive um dos projetos deste sistema é a constituição de um curso de museologia na Universidade de Brasília (UnB),

já que Brasília conta com apenas três museólogos formados para atender a demanda de todos os museus existentes no Distrito Federal. A UnB, através da Reitoria, já sinalizou positivamente sobre o assunto e apenas espera uma solicitação formal do sistema para iniciar o processo administrativo para a criação do curso no Distrito Federal. No Brasil o curso de museologia em nível de graduação é oferecido apenas pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além da constituição do ensino de museologia em Brasília, o sistema está pleiteando o intercâmbio de profissionais de informação do Sistema Nacional de Museus do Rio Grande do Sul.

O principal entrave que impediu a construção da rede anteriormente, foi a diferença entre os museus, ou seja, federais, distritais e particulares. Por estarem em esferas diferentes do poder público, ou por não estarem, o projeto sempre foi adiado. A solução encontrada para a construção do sistema foi a não subordinação dos museus à rede, mas sim um trabalho de cooperação entre eles. Cada museu elegerá seu representante para compor a coordenação que o representará no sistema. O sistema será formado pela Coordenação de museus federais, distritais e particulares.

### 6.3 O ano dos museus

O ano de 2006 é um ano muito importante para o fortalecimento da instituição museu no Brasil. Em 17 de março de 2006, o Ministério da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) lançaram o programa: “2006: o ano dos museus”, o programa é composto de fóruns, seminários, encontros e lançamentos de publicações voltadas para a área museológica. Dentre as atividades, destaca-se a realização da 4ª edição da Semana Nacional de Museus, com o tema “Museus e Público Jovem” e o 2º Fórum Nacional de Museus, de 22 a 26 de agosto, em Ouro Preto. Durante o fórum aconteceu o 1º Encontro dos Museus Ibero-americanos e o 2º Encontro de Estudantes de Museologia. Toda esta programação é voltada para que os museus possam criar novos produtos, repensar sua participação na sociedade e principalmente possam refletir se realmente são agentes da preservação e divulgação da história nacional. “O Ano

Nacional dos Museus dará grande visibilidade e importância ao tema 'museus' e, ainda, a noção de valorização, preservação e difusão do patrimônio cultural brasileiro. Uma maneira de conscientizar o público para o valor dos museus e centros culturais na sociedade.” (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

#### 6.4 Planos para o futuro

Apesar das dificuldades enfrentadas, o Museu da Imprensa Nacional possui projetos ousados para expandir sua oferta à população. A primeira meta é a construção da nova sede ou a ampliação da estrutura já existente, já que o atual espaço do museu não comporta as obras do acervo. O próprio auditório já está sendo ocupado com algumas obras e para que esta obra realmente possa se tornar realidade ainda é preciso um longo processo de negociação entre o Museu e o Diretor-geral da Imprensa Nacional. Outra meta é a reformulação do site e implementar um projeto de um museu virtual. Atualmente a página do Museu é bastante simples, apresentando apenas algumas imagens do acervo, um giro de 306° graus em alguns setores do prédio e algumas informações referentes a história e funcionamento do Museu. O planejamento é construir um ambiente interativo entre usuário e Museu, possibilitando um aprofundamento do diálogo no ambiente virtual; além disso, ser mais um veículo de divulgação dos serviços e da instituição Museu da Imprensa Nacional. A terceira meta é a ampliação do Museu para um centro cultural. Já houve uma tentativa algum tempo atrás, onde foram realizadas atividades conjuntas com outras instituições; foram realizadas apresentações de dança, teatro, o projeto “Museu dá o tom”, que consistia em apresentações musicais com alunos da Escola de Música de Brasília; porém devido às dificuldades materiais e orçamentárias não foi possível a transformação do Museu em um centro cultural. Para a transformação do Museu em centro cultural um agente importante seria a reativação da Biblioteca da Imprensa Nacional. Na época que a biblioteca funcionava estas duas instituições trabalhavam e desenvolviam atividades cooperativas. Além da reativação da biblioteca o Museu deseja que parte do acervo que fazia parte da biblioteca desativada, que está encaixotado em depósitos, receba tratamento adequado e as obras mais importantes possam fazer parte do acervo do

Museu. Outra meta do Museu é a preparação do cronograma para a comemoração dos 200 anos da Imprensa Nacional que será realizada em 2008.

## 6.5 O projeto piloto

Por fim é importante ressaltar um projeto piloto desenvolvido pelo Museu da Imprensa Nacional, na tentativa de se inserir no ciclo educacional das pessoas. Este projeto baseia-se em levar primeiramente professores da rede pública de ensino de Brasília e entorno para conhecer o Museu. Nesta visita os professores são levados a uma palestra, onde podem tirar suas dúvidas e conhecer sobre o Museu; logo após os professores começam a trabalhar em sala de aula assuntos que se relacionam com o Museu da Imprensa Nacional, para somente após conduzir os alunos para uma visita à estrutura do Museu. Este projeto foi criado para que os jovens, quando visitassem o Museu, não ficassem perdidos em meio a inúmeras informações passadas na visita. O aluno já teria alguma intimidade com o assunto apresentado, já que o tema já foi apresentado em sala de aula. Com isso o Museu iria desempenhar sua função de reforço e aprofundamento do conhecimento. Através do projeto foi possível verificar uma deficiência nos próprios educadores, que não conhecem as atribuições, finalidades e produtos desenvolvidos pelo Museu. "O museu é um agente educacional, um agente modificador de consciência social" (CAVALVANTI JÚNIOR, 2006)



## 7. MUSEUS VIRTUAIS

A introdução das novas tecnologias de comunicação e informação no cotidiano popular provocaram mudanças no comportamento e na percepção das pessoas. A incorporação destas novas tecnologias modificam a forma de comunicação entre os seres humanos, refletindo substancialmente em seus costumes. Novos espaços de conhecimento fazem parte da atualidade. Nesta era da tecnologia, novos saberes são adicionados a cada instante. A Internet, a rede que interconecta computadores no mundo todo, proporciona esta realidade. Nos anos 90, a Internet surge intimamente com o conceito de alta tecnologia e desenvolvimento de novos produtos de informática; com o passar do tempo seu foco se alterou para muito além de um fenômeno tecnológico, a rede mundial de computadores foi invadida por um movimento cultural. Gerou-se um segundo ambiente de saber e de cultura, ambiente irrestrito, sem fronteiras e principalmente acessível para grande parte das pessoas sem a necessidade de sair de casa.

A “Era da virtualização”, da “Cybercultura” como afirma Lévy (1994) proporcionou novas formas de disseminação de informação contidas nos museus; surgem os museus virtuais e cybermuseus. Foi mais precisamente em 1994 o ano em que os museus despertaram para o mundo virtual, num momento em que a informação se tornou constante em uma mão dupla: a que constrói o desenvolvimento da informática, com as facilidades da tecnologia e da velocidade da informação. No novo contexto informacional a informação passa a se tornar obsoleta ou extremamente preciosa em poucos minutos; nesta realidade o museu se inseriu com a finalidade de expandir seu raio de alcance para além de seu espaço físico ou o tamanho de sua comunidade. Almeida Filho (1997) afirmou que “este novo mundo construído sobre as redes de telecomunicações, abriu aos museus uma era de grandes possibilidades”. Os museus, naturalmente, consistem em objeto de interesse público, já que são guardiões e zeladores do patrimônio artístico. Com o advento do mundo virtual, o museu passa a não encontrar mais limites para a disseminação da informação e da cultura, as paredes já não são mais de concreto e tijolo, o limite se tornou o infinito. “Agora não é o viajante que se desloca ao museu, mas sim as suas informações, enviadas a um endereço

eletrônico” (OLIVEIRA, 2003). Com o surgimento das novas tecnologias da informação, a educação cultural se tornou cada vez mais acessível para um grande contingente de pessoas que, contrariando seu desejo, não participam das exposições artísticas do mundo real. “Sociedade em rede é o espaço, não mais físico, mas de fluxo de informação, que passa a organizar o tempo” (LEMOS, 2001). Com essa mudança é possível pensar que, finalmente, toda a arte do mundo se encontrará, à disposição de todas as pessoas em qualquer lugar do planeta.

Atualmente diferentes museus já têm seu site na Internet, disponibilizando suas coleções virtuais para um grande contingente de indivíduos que jamais teriam acesso a elas e desta forma contribuindo para a democratização da informação. O conceito de museu virtual ainda é algo muito novo, por isso ainda encontra-se em constante construção e muitas vezes surgem várias denominações, tais como: museu eletrônico, museu digital, museu *online*, museu hiperídia, meta-museu, museu cibernético, cibermuseu, sendo que não há consenso em relação ao que é considerado museu virtual ou apenas uma demonstração do museu na Internet. Henriques (2004) definiu museu virtual como “um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio”. Na mesma linha Schweibenz (2004), na tentativa de diminuir tal discussão, classificou os *websites* de museus em 4 categorias. A primeira corresponderia ao que ele chamou de museu brochura, seriam os *sites* que contém informações básicas sobre o museu; estes tipos de sites serviriam para fazer uma apresentação básica dos museus, funcionando como uma ferramenta de comunicação e marketing, com o objetivo de informar potenciais visitantes. A segunda categoria seria o “museu conteúdo” neste tipo de *website* as coleções do museu convidariam o visitante a explorá-las *online*; o conteúdo seria “orientado ao objeto”, ou seja, seria semelhante à base de dados da coleção, sendo mais útil para profissionais da área do que para o público, já que as informações não estariam didaticamente orientadas para o usuário. A terceira categoria descrita seria o “museu aprendizagem”, site que oferece diferentes pontos de acesso ao seu visitante; a informação é orientada ao contexto. Este tipo de site tem a preocupação pedagógica de ensinar e treinar o usuário, fazendo com que o visitante estabeleça uma relação

peçoal com o museu. Por fim, surge a quarta categoria o “museu virtual”, seria um passo seguinte ao museu aprendizagem, pretende-se não só fornecer informações acerca das coleções do próprio museu mas também constrói uma ponte para coleções digitais de outros museus. Neste sentido os museus são criações que não encontram paralelo no mundo real. Elementos de interatividade são constantes nesta categoria, em alguns casos o museu virtual se apresenta bem diferente do museu físico. “O que torna os museus interativos é a forma como eles trabalham com o público. A interatividade é a alma desse tipo de museu, pois permite que o público possa interagir com e no museu” (HENRIQUES, 2004). Oliveira (2003) aborda uma nova categoria de museu virtual: os “museus virtuais totais”; estes consistiriam em museus criados, digitalmente, com funcionamento no próprio ciberespaço e que, portanto não possuem uma “arquitetura presencial”. Museus com esta estrutura virtual ainda são muito poucos e ainda engatinham na sua consolidação. A conclusão importante que tais divisões, por categoria, permitem fazer é que museus na Internet, não necessariamente os configura como museus virtuais, muitas vezes um site de um museu é apenas um site de museu. O que torna o site de um museu, em um museu virtual é a forma que ele trabalha o patrimônio virtualmente e como se dá a relação museu-usuário no ambiente virtual.

Em se tratando de museu virtual, este tem que proporcionar ao usuário a navegação pelas alas do museu através de vários ângulos, o acesso a mapas de navegação para orientação do usuário do sistema e a possibilidade de interagir com este ambiente tornando a visita o mais real possível, possibilitando ao usuário poder explorar experiências similares realizadas em um museu real. Henriques (2004) entende que “o museu virtual, sendo uma vertente virtual de um museu físico, não é um museu substituto. Ele pode sim, ser um museu complementar, pois pode existir fisicamente e ter um vertente virtual”. Um exemplo desse fenômeno é o MUVA - Museu Virtual de Artes, administrado a partir de sua sede no Uruguai, este museu abriu suas portas virtuais em 1997. Construído a partir do VRML<sup>3</sup>, tecnologia que possibilita ao seu visitante um passeio completo pela sua estrutura física, inclusive subir escadas, andar de elevador, ouvir informações fornecidas por uma recepcionista, visitar salas de

---

<sup>3</sup> Virtual Reality Modelating Language, ou Linguagem para Modelagem de Realidade Virtual, é um padrão emergente que permite a modelagem e a navegação através um ambiente 3-D em navegadores que a suportam. Por meio desta linguagem, escrita em modo texto, é possível criar objetos tridimensionais podendo definir cor, transparência, brilho, textura dentre outros.

exposições individuais, exposições coletivas, etc.. Este novo panorama só foi possível com o advento da realidade virtual. Cunha e Santos (2002) apud Oliveira (2003) definem realidade virtual como simulação acrescida de imersão. Van Dam (2002) apud Oliveira (2003) vai mais longe e explica que esta imersão permite ao usuário a sensação de “estar lá”, ou seja, embora não esteja fisicamente no museu, o usuário está no ambiente físico de maneira virtual. Garcia (2001) diz que, a grande vantagem desta interface virtual de imersão, imaginação e interação em um ambiente tridimensional é permitir um conhecimento intuitivo do usuário a respeito do mundo físico e possibilitar a transferência para o mundo real. Por fim Keene (2004) define realidade virtual como uma técnica avançada de interface, onde o usuário pode realizar imersão, navegação e interação em um ambiente sintético tridimensional gerado por computador, utilizando canais multi-sensoriais.

Quanto à interface gráfica entre o museu e usuário, percebe-se que existem ainda alguns problemas técnicos. Pereira (2004) apud Henriques (2004) realizou um estudo com vários museus virtuais da Europa e constatou que todos apresentam uma falta de estrutura informacional, navegacional e estética, que deixam o usuário em um labirinto, sem saber onde “clique”. Levy (2001) foi mais crítico ao afirmar que “os museus virtuais da atualidade são nada mais que catálogos ruins dentro da Internet”; em sua afirmação Levy levantou um ponto interessante sobre os museus virtuais que, na sua grande maioria, estão preocupados em apresentar e justificar sua faceta virtual através de representações, do que utilizar as potencialidades que a Internet oferece para a melhoria dos serviços e produtos oferecidos, além da interação com o usuário. Outro ponto criticado por Pereira (2004) foi a baixa interatividade entre o usuário e o computador. Ainda sobre essa questão, Oliveira (2003) afirmou que “para que haja um processo de fruição e apreensão do saber sobre um objeto do museu é necessário que haja uma informação qualitativamente eficaz sobre ele e uma disposição tridimensional que possibilite sua contemplação”. Para isso torna-se necessário o conhecimento de princípios de design de interfaces, da ergonomia e usabilidade de sistemas informacionais.

Uma questão que surge atualmente é a discussão da importância das ontologias na organização do museu virtual. Ontologias ou redes semânticas são um

conjunto de termos classificativos relacionados entre si, ou seja, é revestir determinado termo com conceitos, relacionamentos, associações que ajudem a contextualizá-lo no momento da recuperação da informação. Estas associações são feitas através de equivalência (sinonímia), especificidade (contido em) ou generalidade (contém). A “amarração” de termos as suas relações semânticas torna-se imprescindível na organização de um museu virtual, pois os visitantes “navegam” entre inúmeros assuntos, temas, sites, datas, eventos. Ao se buscar por determinado assunto as ontologias permite uma recuperação mais precisa, já que a busca não será feita apenas pela palavra em si, mas sim pelo contexto que a palavra está sendo empregada. É o fenômeno da Websemântica, que se propõe a organizar a informação segundo seus relacionamentos semânticos, para facilitar o acesso e recuperação de informação, diminuindo o abismo entre a definição de disponibilidade e acessibilidade. Além dessas mudanças estruturais, outro ponto importante é a necessidade do museu conhecer seu usuário, suas necessidades e o nível de conhecimento dele em relação às ferramentas disponíveis. Shneiderman (1998) *apud* Pereira e Ulbricht (2004) conclui que “o sucesso de um design acontece quando ele entende como as pessoas aprendem, pensam e resolvem seus problemas em diferentes situações”.

Um serviço interessante que vem se difundindo entre os museus é o serviço de venda das imagens dos objetos do museu. O British Museum (Anexo), um dos maiores museus do mundo, permite aos seus usuários a compra da imagem digital do objeto; o funcionamento é bastante simples: o usuário ao entrar em uma das inúmeras exposições pode escolher o objeto que deseja possuir em seu computador, ao escolhê-lo abre-se uma nova página com as informações do valor da imagem e as formas de pagamento possíveis, ao efetuar o pagamento a imagem fica disponível para o usuário copiá-la para o seu computador. Este tipo de serviço além de servir como um meio de disseminar as obras pertencentes ao museu, constitui-se em uma maneira simples de geração de renda para a instituição.

Torna-se importante ressaltar e fixar a seguinte questão: apesar dos recursos digitais, as inúmeras redes virtuais existentes, jamais poderão suplantar a sensação que somente o ambiente físico de um museu pode conceder ao seu visitante. Sabbatini (2002) afirma que “a função dos museus virtuais deveria proporcionar sensações

multimediáticas, mas sem aspirar a autenticidade do objeto real que por sua própria definição não pode ser mediada.”. Neste sentido, o museu virtual pode ser uma nova perspectiva de interação com o patrimônio, com o público e principalmente consigo próprio. O mundo virtual surge como um instrumento, uma oportunidade para que os museus presos a estruturas tradicionais, se reinventem e assim disponibilizem novos serviços para atrair um número crescente de possíveis usuários. A diversificação dos serviços e a interação com os demais centros geradores e disseminadores de informação (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, etc.), tornou-se a nova realidade para qualquer unidade de informação que pretende desempenhar um serviço de qualidade para seus usuários.

## 8. MUSEU, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO

O museu como a biblioteca é um órgão vivo, dinâmico; como tal o museu exerce importante papel de preservação do patrimônio histórico e artístico além de desempenhar a função de auxiliar a formação educacional das pessoas, funcionando como um meio de ensino principal nos tempos antigos ou como é utilizado, atualmente, como uma forma de complementação e enriquecimento do conteúdo “Os museus são equipamento Indispensável de toda grande cidade, tão indispensável como escolas ou iluminação pública” (RIPLEY *apud* BITTENCOURT; TOSTES, 2005).

Antes da década de 1920, os museus brasileiros eram restritos em número e visibilidade. Com poucas, ainda que importantíssimas, exceções, como o Museu Nacional e o Museu Paulista, essas instituições raramente exerciam papel destacado na cultura brasileira. Ambos surgiram no início do século XX, com a finalidade primordial de preservar a memória e patrimônio histórico brasileiro; a função educativa não era muito recorrente. Mas, dentro das mudanças ocorridas na sociedade e na cultura brasileira, após a Primeira Guerra Mundial, os museus brasileiros começaram a alcançar notável grau de visibilidade como instituições públicas de ensino, pesquisa, programação cultural e formação social. Juntamente com arquivos e bibliotecas, os museus são a formas sistemáticas de garantir a expansão da memória das sociedades. No período entre as duas guerras mundiais, o governo federal, tendo fundado vários museus nacionais, instituindo o primeiro “Curso de Museus” do país e consolidado a categoria profissional de conservador, ajudou bastante na invenção do museu como lugar de experimentação cultural. Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, diversos interesses públicos e privados acompanharam o governo federal na consolidação de um campo autônomo de museus, museólogos e museófilos. Além da expansão quantitativa dos museus, os anos entre - guerras foram notáveis pelo surgimento do debate sobre o relacionamento entre museus, educação e educadores.

Um importante médico, professor, antropólogo, etnólogo, escritor, arqueólogo da época, Edgard Roquette-Pinto, tratou o museu como extensão direita do sistema educacional primário. Em suas reflexões, Roquette-Pinto (1923) *apud* Williams (19??) via o museu como sala de aula/laboratório, onde o professor-conservador ensinava

conhecimento e metodologia científica para as novas gerações de cidadãos nacionais. O papel educativo dos museus também suscitava comentários fora das diretorias das repartições. Na atualidade a instituição museu caracteriza-se por possuir a capacidade de elevar o pensamento e aprendizagem para além das paredes de sala de aula. As riquezas materiais, visuais das obras contidas nos museus são verdadeiros portais para o passado.

Tradicionalmente a função do museu é preservar o patrimônio cultural de um país; porém a partir da década de 80, esta função foi agregada com o processo educacional, o museu serve como meio de integração entre educação e cultura; através de seu patrimônio cultural suscita a criatividade, o questionamento, a reflexão e a busca de um novo saber.

“... como uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades, na ação que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permite esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. Enfim, é um espaço de trocas, de relação e de preservação de documentos, que só possuem sentido se para eles houver um uso social”. (CHAGAS *apud* SANTOS, 1994)

Com esta integração torna-se possível além de formar cidadãos conscientes, a possibilidade de garantir a perpetuação da cultura nacional. Partindo desse princípio fica claro a relação intrínseca entre museu e educação, já que a instituição museu não tem por fim apenas o armazenamento e conservação, mas, sobretudo, o entendimento e uso do acervo preservado pela sociedade para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente. Santos (1994) diz que a escola é uma instituição que faz parte do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo é alimentada por diversos patrimônios culturais representados pelo conhecimento produzido e acumulado ao longo dos anos, ou seja, nesta afirmação Santos coloca a educação e o patrimônio cultural como referenciais básicos para o desenvolvimento das atividades museológicas, e o museu, como instituição histórico-socialmente condicionada, não



pode ser considerado um produto pronto, acabado; ele é o resultado das ações dos sujeitos que o estão construindo e reconstruindo a cada dia. Santos (1996) ao afirmar a importância do museu na educação da pessoa afirmou:

“ [...] a própria concepção de museu é educativa, pois o seu objetivo maior será contribuir para apropriar-se do seu patrimônio e preservá-lo, assim deverá ser a base para toda a transformação que virá no processo de construção e reconstrução da sociedade, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante”.

Partindo deste pressuposto fica claro a correlação entre a instituição museu e biblioteca como agentes da ação social, não apenas como agente de processo cultural, mas também como agente do processo educacional. Contudo, o Brasil vive uma realidade que até certo ponto é decepcionante, esses dois agentes da transformação social gozam de pouco ou até mesmo nenhuma comunicação entre si. Em um momento onde o sistema educacional brasileiro carece de qualidade, valorização do profissional e acima de tudo modernização das estruturas, tanto o museu, quanto à biblioteca poderiam desempenhar papel fundamental na construção de uma nova forma de condução da política educacional brasileira. Tanto o museu como a biblioteca, possuem uma característica intrínseca muito forte: a capacidade de aliar teoria à prática, além da possibilidade de dinamizar o processo de aprendizagem.

A participação da biblioteca e museu como fomentadores do processo cultural e educacional, não pode basear-se numa estrutura tradicional de ensino, congelada a rigores pedagógicos. Para que o museu e biblioteca atinjam sua função pedagógica, ambos deverão ter uma capacidade de produção própria, com questionamento crítico e criativo. Como afirma Flecha e Tortaja (2000) *apud* Santos (2000) “a educação na sociedade da informação deve basear-se na utilização de habilidades comunicativas, de tal modo que nos permita participar mais ativamente e de forma mais crítica e reflexiva na sociedade”. Este é o modelo que deve ser seguido pelos museus e bibliotecas, ou seja, devem servir de portal facilitador para incentivar reflexões do indivíduo, retirando-o do círculo vicioso de repetição a que são condicionados nas escolas.

A primeira mudança significativa que deve ocorrer dentro dos museus e das bibliotecas é a mudança da mentalidade, a forma como as pessoas enxergam estas instituições. Grande parte das pessoas as enxergam como um local onde se guarda coisas antigas, sendo que o patrimônio cultural é compreendido como algo que se esgota no passado, cabendo aos indivíduos, contemplá-lo de maneira passiva, sem nenhuma relação com o presente. Souza e Rodrigues (2005) afirmam que a biblioteca deve deixar de ser um espaço depositário de informações para se tornar um ambiente de dinamização e mediação das formas de aprender, de disseminar, multiplicar e catalisar demandas de informação a partir das necessidades dos usuários. Somente assim através dessa mudança de mentalidade que biblioteca e museu serão capazes de atingir a população com a proposta de transformação da realidade através da educação de forma ampla e não tão tradicional “[...]; a educação não é a modelagem de pessoas nem a mera transmissão de conhecimentos, mas a produção de um consciência inerente ao funcionamento de uma democracia e de uma formação cultural que faça jus ao conceito e à busca da emancipação dos indivíduos” (ADORNO *apud* SOUZA; RODRIGUES, 2005) .

O legado cultural deve ser a base, o referencial básico para a apresentação de novos problemas e de novas abordagens, o constante diálogo entre o passado e o presente, permite a construção de um conhecimento crítico, conciso e acima de tudo consciente. O museu e a biblioteca não são espaços acabados, restritos a quatro paredes para existir; o conhecimento não conhece limites, como armazenadores e transmissores desses conhecimentos; a biblioteca e o museu não devem se ater ao espaço-tempo, a busca pela expansão e difusão deste conhecimento deve ser prioridade, para que cada vez mais pessoas possam descobrir que a educação e o conhecimento também podem ser adquiridos nestes agentes. O ciberespaço é uma prova dessa ausência de fronteiras entre a informação e as pessoas; as novas tecnologias de informação modificaram radicalmente os meios e mecanismos de produção, tratamento, multiplicação e disseminação da informação. O museu e a biblioteca tornaram-se provedores de informações ao usuários, tendo a preservação como uma das funções não como única função.

A política educacional-cultural brasileira aliada à burocracia não permitem que o museu desempenhe esse papel de ponte entre informação e cultura; são raros os registros existentes de experiências museológicas voltadas para fazer cultura de uma forma mais abrangente, envolvendo os diversos segmentos da sociedade. “Ainda não conseguimos soltar as amarras que nos mantêm atados ao colecionismo, à aceitação passiva e submissa das formas e coisas de um passado que não é relacionado com a vida presente” (SANTOS, 1996). A principal mudança que deve ocorrer para que haja a interação entre museu e educação, deve partir do próprio museu, é necessário abandonar o imobilismo, construir uma forma sistemática, para que seja possível democratizar a informação, levando-a para maior quantidade de pessoas. As bibliotecas já se encontram em estágio avançado de cooperação, já há um diálogo entre bibliotecas, no entanto este diálogo não se faz com os museus. As bibliotecas através da formação de redes e consórcios vêm conseguindo desenvolver e implantar melhores serviços ao usuário.

Até hoje o debate sobre o papel do museu no processo educacional ainda é muito controverso. Hoje em dia, números elevados de museus constroem-se como parte integral da paisagem educacional nacional. As instituições tradicionais como o Museu Nacional e o Museu Paulista se definem como instituições universitárias, nas quais museólogos, técnicos e professores (ocupações muitas vezes personificadas na mesma pessoa) se esforçam em produzir e divulgar conhecimento. Nas últimas três décadas novos museus universitários têm se juntado aquelas instituições, criando espaços institucionais em que a administração de museu e ensino universitários se misturam. Fora do sistema universitário, a defesa que Roquette-Pinto fazia do museu como sala de aula e laboratório continua a ganhar a adesão de diretores e técnicos. Embora o entendimento do museu atual como lugar de doutrinação cívica e moral ainda seja um tanto fraca, o debate recente sobre os museus como lugares de memória indicam fortemente que essas instituições continuarão imaginando-se como espaços privilegiados para a instrução das virtudes cívicas e consolidação da identidade coletiva.

Outro ponto que surge na temática do museu moderno é a necessidade da construção de um projeto museológico, bem escrito, que contemple metas, ações e

principalmente a própria identificação do museu como agente de transformação, possibilitando ao museu realmente ser um centro de informação e reflexão, onde o cidadão possa adquirir conhecimento. O museu que desrespeita tal princípio corre o risco de tornar-se apenas mais um lugar que atrai olhares dispersos, sem interesses culturais “Um museu guarda mais do que obras e objetos de valor e de prestígio social, uma situação, um fragmento da história, portanto um problema cultural. Tudo que nele é exibido deve ter um compromisso com o conhecimento, a memória e a reflexão” (ALMANDRADE, 2005).

Por fim é importante ressaltar que hoje em dia os conceitos estabelecidos nos anos 30 e 40 dialogam com novos entendimentos do museu como centro cultural, onde educação, pesquisa, lazer, programação cultural e atividades comerciais juntam-se para produzir novas relações entre instituição, acervo, profissionais e usuários, ou seja ainda está em debate na sociedade qual é a função e podemos dizer até mesmo, qual o real dever de museus e bibliotecas como agentes educacionais e transformadores do passado, presente e futuro.

## 9. CONCLUSÃO

A transmissão de conhecimento nunca foi uma tarefa fácil, seja por problemas políticos ou até mesmo por problemas técnicos ou ideológicos. Bibliotecas e museus vêm tentando driblar tais dificuldades para que haja uma maior democratização da informação. Por mais deficitária que seja os serviços oferecidos por essas instituições, não há dúvida que seu auxílio na educação, desempenhando o papel de agente de transformação da sociedade, são funções importantíssimas para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Embora instituições como museus e bibliotecas aparentam estar distantes umas das outras, é através de suas funções de transmissão de informação e cultura, que podemos perceber quanto estas instituições estão próximas. O surgimento da possibilidade em um trabalho conjunto só tende a aumentar o fluxo de conhecimento e produtos mais ricos em detalhes além e poderem atingir maior quantidade de usuários. Em pleno século XXI a importância do desenvolvimento de trabalhos cooperativos, a construção de uma rede de informações, torna-se imprescindível para que bibliotecas e museus sejam capazes de enfrentar os novos desafios que surgem com o advento da tecnologia. Quando estas duas instituições se enxergarem como integrantes de um mesmo grupo, responsável pelo processo de conhecimento e educação, somente assim poderão desempenhar de maneira realmente eficaz, o desafio de construir uma sociedade mais justa através da educação.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANDRADE [Antônio Luiz M. Andrade]. **O Museu e sua função cultural**. 2005. Disponível em <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/artigos/almandrade>> Acesso em: 27 out. 2006.

ALMEIDA FILHO, Otávio. **O museu virtual**: um novo meio de experiência estética. 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

BITTENCOURT, José Neves; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O papel dos museus na melhoria de vida no Rio de Janeiro. In: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. v.1. 1940 Rio de Janeiro: Museu histórico nacional, 1940. 456p., il.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **2006: ano nacional dos museus**. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc/index.php?p=14399&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=14399&more=1&c=1&pb=1)> Acesso em: 20 out. 2006.

CAVALCANTI JUNIOR, Rubens. **O Museu da Imprensa Nacional**. Brasília, 2006. Entrevista concedida a Thiago Gomes Eirão e Tiago Cunha do Nascimento.

PEREIRA, Heloisa Caroline de Souza; ULBRICHT, Vânia Ribas. Os museus virtuais. 9 p. In: CONGRESSO NACIONAL DE AMBIENTES DE HIPERMÍDIA PARA APRENDIZAGEM, 1, 2004, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: < [http://www.nemu.ufsc.br/artigos/Os\\_Museus\\_Virtuais.pdf](http://www.nemu.ufsc.br/artigos/Os_Museus_Virtuais.pdf)> Acesso em: 20 out 2006.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Museu e educação**: conceitos e métodos. 20 p. Disponível em: < <http://72.14.209.104/search?q=cache:IDKkzXChCi8J:www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/ne...>> Acesso em: 20 out. 2006.

GIRAUDY, Daniele; BOUICHET, Henri. **O museu e a vida**. Tradução de Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1990. 100 p., il.

HENRIQUES, Rosali. **Museus virtuais e cibermuseus: a Internet e os museus**. 2004. 12 p. Disponível em: <[http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdfs/museusvirtuais\\_rosali.pdf](http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdfs/museusvirtuais_rosali.pdf)> Acesso em: 20 out. 2006.

GARCIA, Fabiano Luiz Santos et al. Metodologia para criação de ambientes virtuais tridimensional. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GRAPHICS ENGINEERING FOR ARTS AND DESIGN, 4, 2001, São Paulo. **Anais...**

KEENE, Suzanne. **The future of the museum in the digital age**. 2004. Disponível em: <[http://icom.museum/pdf/E\\_news2004/p4\\_2004-3.pdf](http://icom.museum/pdf/E_news2004/p4_2004-3.pdf)> Acesso em: 20 out. 2006.

LE MOS, André. Cibercidades. In: \_\_\_\_\_; PALÁCIOS, Marcos. **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 17.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 260 p.

LEVY, Pierre. **A Conexão Planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Ed. 34, 2001. 189 p.

MENDES, Eliane Manhaes. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de arquivologia, biblioteconomia e museologia no Brasil: um estudo delfos**. 1992. 300 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília. Brasília, 1992.

MIRANDA, Francisco Goncalves. **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. 155 p.

MUSEU DE ARTE DE SAO PAULO. **Historia da tipografia no brasil**. São Paulo 1979. 277 p.

NASCIMENTO JUNIOR, José. **Museu e educação**. 3 p. Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/pdf/polo1-%20texto4.pdf>> Acesso em: 20 out. 2006.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **Do tradicional ao virtual: o museu diante da teoria sistêmica de Niklas Luhmann**. 2003. Disponível em: <<http://www.museunet.com.br/Leitura/museolog.htm>> Acesso em: 15 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. **O museu e as tecnologias da inteligência: memória e objeto**. 2003. Disponível em: < <http://www.museunet.com.br/Leitura/museolog.htm>> Acesso em: 15 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. **O cibermuseu: ambiente, objeto e informação, problemas no ciberespaço**. 2003. Disponível em: <<http://www.museunet.com.br/Leitura/leitura38.htm>> Acesso em: 15 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. **Democracia da memória e da informação: os museus virtuais totais**. 2003. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/seminario/joseclaudio.htm>> Acesso em 20 out. 2006

PRIMO, Judite. **Museologia e patrimônio: documentos fundamentais: organização e apresentação. Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, p. 189-191, 1999.

SABBATINI, Marcelo. **Rumo aos museus virtuais e mais além**. 2002. Disponível em: <<http://www.sabbatini.com/marcelo/museus.htm>> Acesso em: 15 ago. 2006.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. **A escola e o museu no Brasil: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante. Cadernos de museologia**, Lisboa, n.3, p. 45-74, 1994. Disponível em:<<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo>



//caderno\_23/sociomuseologia\_1\_22/Cadernos%2003%20-1994.pdf> Acesso em: 20 out. 2006.

SCHWEIBENZ, Werner. **The development od virtual museums**. 2004. Disponível em: <[http://icom.museum/pdf/E\\_news2004/p3\\_2004-3.pdf](http://icom.museum/pdf/E_news2004/p3_2004-3.pdf)> Acesso em: 20 out. 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 583 p

SOUZA, Rodrigo Silva Caxias de; RODRIGUES, Elisângela da Silva. Biblioteca e educação: conjecturas sobre a cultura da virtualidade. **Em questão**, Porto Alegre, v.11, n. 2, p. 369-379, jul./dez. 2005. Disponível em: < [http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf\\_2005\\_v11\\_n2/7\\_biblioteca.pdf](http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/7_biblioteca.pdf)> Acesso em: 20 out. 2006.

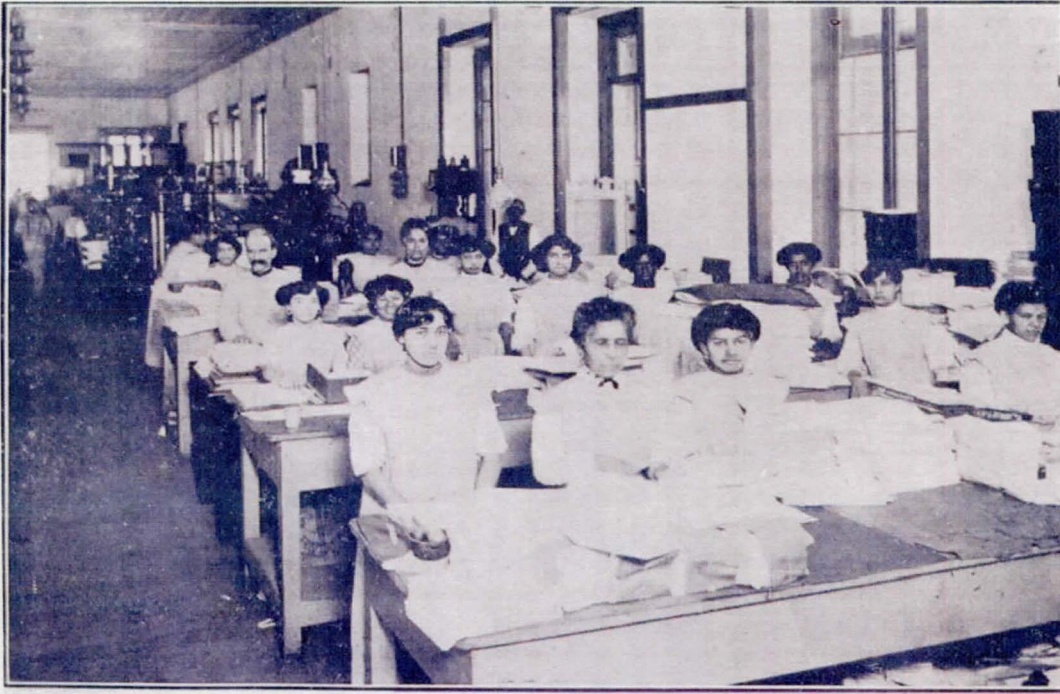
\_\_\_\_\_. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. **Ciências e Letras**, n. 27, jan./jun.2000.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Dinheiro no museu**. Rio de Janeiro: Expressão e Culturas, [ 1970? ]. 152 p., il.

\_\_\_\_\_. **Museu e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponguetti, 1958. 228p.

WILLIAMS, Daryle. **Cruzamento de culturas**: notas sobre uma experiência de intercâmbio no museu histórico nacional. 6 p. Disponível em: < <http://www.lasc.umd.edu/Projects/NEH/papers/AMNH.html>> Acesso em: 20 out. 2006.

## ANEXO A



Sessão de encadernação da Imprensa Nacional em 1922, no Rio de Janeiro.

## ANEXO B



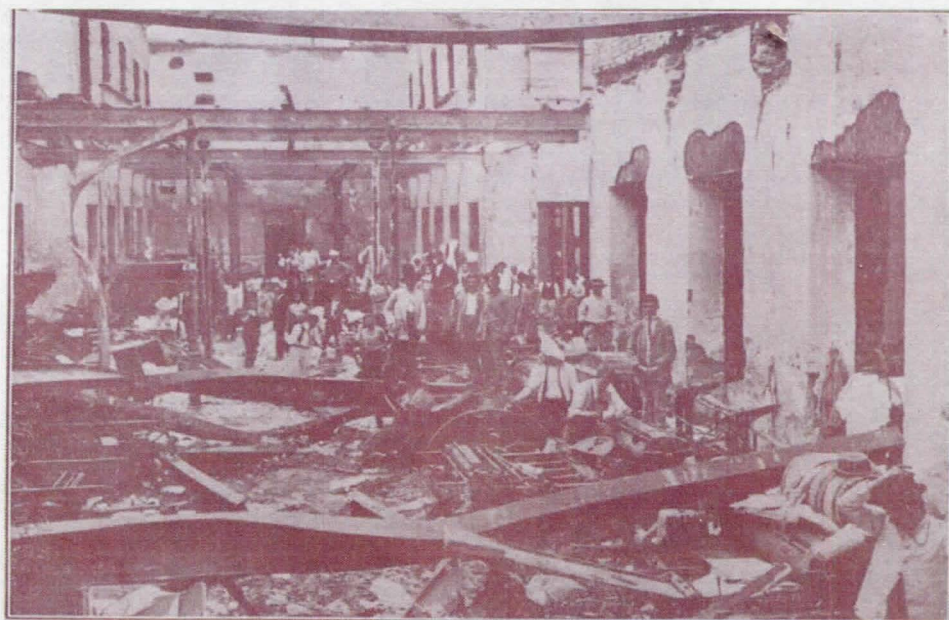
Sessão de encadernação da Imprensa Nacional em 1922, no Rio de Janeiro.

## ANEXO C



Homens trabalhando com o Linotipo em 1922, no Rio de Janeiro.

## ANEXO D



Fotos da sessão de encadernação da Imprensa Nacional após o incêndio em 1911, no Rio de Janeiro.

# ANEXO E



Primeiro jornal impresso no Brasil, Gazeta do Rio de Janeiro em 10 setembro de 1808



Primeiro Diário Oficial, impresso em 1º de outubro de 1862, no Rio de Janeiro.

## ANEXO F



Hall de entrada da Imprensa Nacional em Brasília (2006).

## ANEXO G



Vista externa do prédio da Imprensa Nacional em Brasília (2006).



## ANEXO H



Vista externa do Museu da Imprensa Nacional em Brasília (2006).

## ANEXO I



Entrada do Museu da Imprensa Nacional em Brasília (2006).

## ANEXO J



Placa de inauguração do Museu da imprensa Nacional em Brasília.

## ANEXO L



Vista geral do Museu da Imprensa Nacional em Brasília (2006).

## ANEXO M



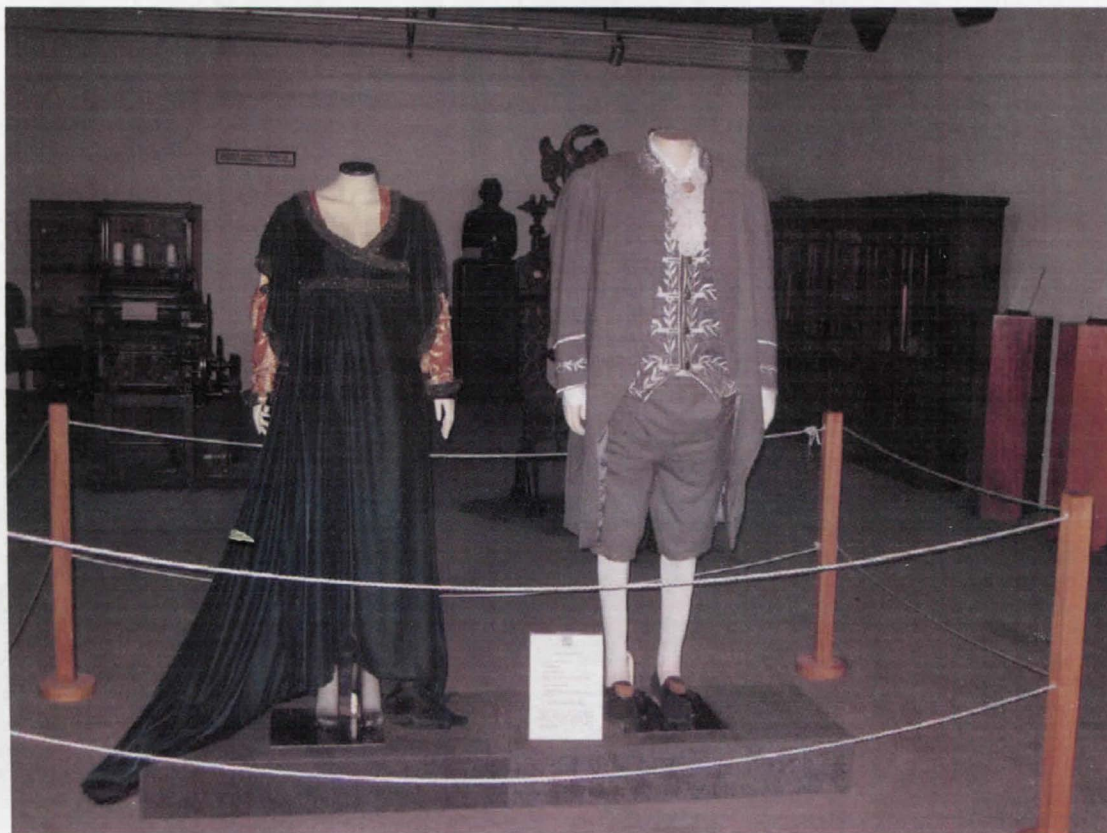
Vista geral do Museu da Imprensa Nacional em Brasília (2006).

## ANEXO N



Prelo de Machado de Assis (1833). Prensa manual para impressão de jornais, funcionou na Imprensa Nacional até 1940, quando foi desativada. O escritor Machado de Assis trabalhou como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional de 1856 a 1858, nesta máquina, no Rio de Janeiro; daí a homenagem do seu nome ao prelo.

## ANEXO O



Roupas de D. João VI e da Rainha Maria "A louca", utilizadas na série O Quinto dos Infernos, pela Rede Globo, em 2002.

## ANEXO P



Instrumentos antigos de impressão (Rio de Janeiro).



## ANEXO Q



Sala JK, local onde são ministradas palestras aos visitantes (Brasília).

## ANEXO R



Diários Oficiais em miniatura dos estados brasileiros

## ANEXO S

**DIPLOMA**

**AMIGO DA IMPRENSA NACIONAL**

A Imprensa Nacional concede este "Diploma de Amigo"  
para \_\_\_\_\_  
pela visita realizada ao Museu da Imprensa.

Brasília \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

*Fernando Tolentino de Sousa Vieira*  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

*Rubens Cavalcante Junior*  
Diretor do Museu da Imprensa

Diploma de Amigo da Imprensa Nacional entregue aos visitantes

## ANEXO T



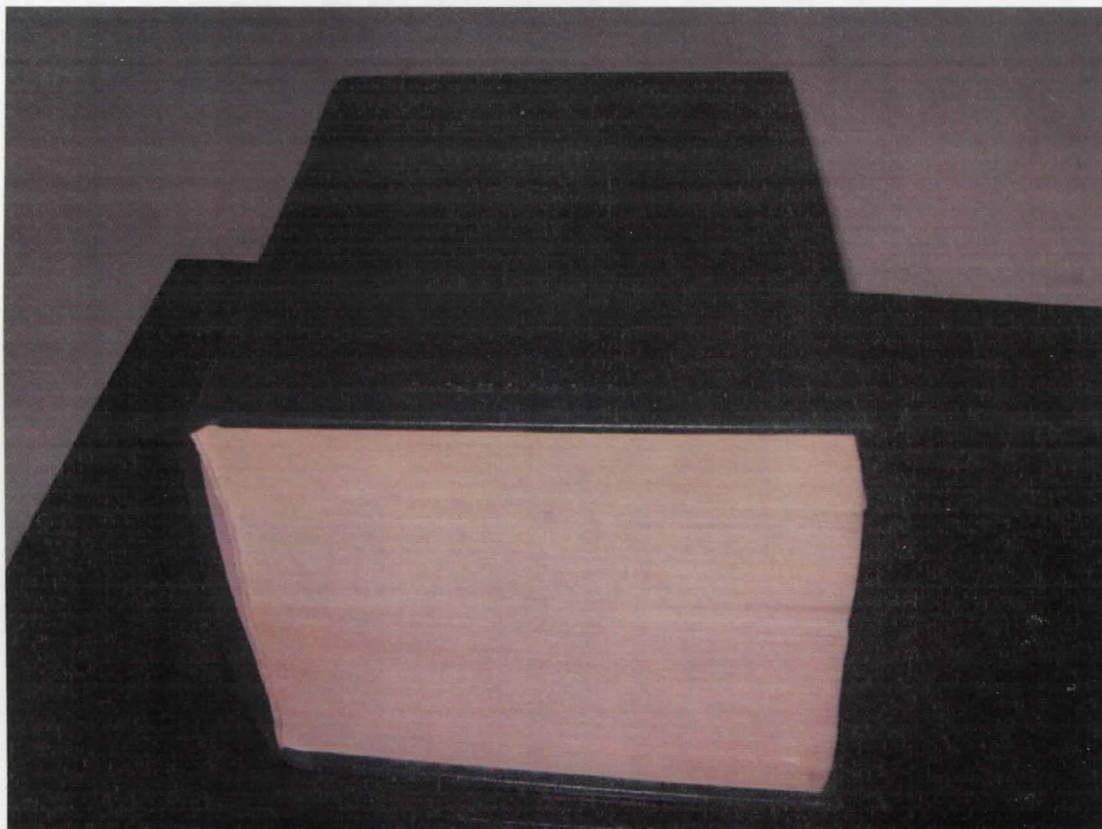
Auditório D. João VI, do Museu da Imprensa Nacional, em Brasília (2006).

## ANEXO U



Logomarca da campanha 2006: ano nacional dos museus

## ANEXO V



Diário Oficial. No dia 21/09/2000 a Imprensa Nacional bateu um novo recorde com a publicação dos jornais oficiais Diário Oficial e Diário da Justiça. Foram impressas 5.200 páginas, totalizando impressionantes 10 quilos e 400 gramas.

## ANEXO X



Quadro de D. João VI, em exposição no Museu da Imprensa Nacional, em Brasília (2006).